

A solução para o país ainda vem do crescimento

"Já pertencemos ao restrito clube dos trilhardários em valores absolutos de PIB." Por Arthur Sendas

Aeconomia brasileira gera um Produto Interno Bruto (PIB) de mais de um trilhão de dólares, conforme cálculo do Banco Mundial, utilizando o critério de "poder de compra".

Já pertencemos, portanto, ao restrito clube dos trilhardários em valores absolutos de PIB. Isso não é pouca coisa. Temos peso específico na economia mundial. Pelo mesmo critério de "poder de compra", o PIB per capita do Brasil está em torno de US\$ 6,6 mil, bem abaixo do nível alcançado pelos países do primeiro mundo, cujos PIB per capita se situam entre US\$ 20 e 30 mil.

É preciso, então, melhorar substancialmente nosso status, em matéria de padrão médio de vida, que é medido pela produção por habitante. Para atingir esse objetivo, precisamos crescer em ritmo significativamente acima da média dos países do primeiro mundo.

A economia brasileira já demonstrou que tem potencial para crescer em ritmo acelerado. No século XX, foi uma das economias que mais cresceram. Nos últimos 20 anos, entretanto, o ritmo de crescimento de nossa economia foi prejudicado por desequilíbrios internos (inflação) e externos (crise da dívida), que já foram devidamente equacionados.

Estamos preparados para um novo ciclo de crescimento acelerado, agora também com estabilidade de preços e com maior atenção às questões sociais.

O ano 2000 tem tudo para representar um marco inicial no processo de retomada do desenvolvimento da economia brasileira. Nossa situação macroeconômica é sólida, a julgar pelos seguintes itens:

- A inflação está controlada, em nível de 1 dígito, com clara tendência de queda;

- A economia está desindexada, o que impede a propagação de impactos inflacionários setoriais, como ficou demonstrado durante a mudança do regime cambial;

- O setor público gera importante superávit primário em sua contas (3% do PIB);

- O balanço de pagamentos externos está em equilíbrio, com tendência de melhoria. O déficit

em conta corrente caiu de US\$ 34 bilhões para 24 bilhões, em 1999;

— A política cambial é flexível e consistente, o que reduz os riscos de crise de liquidez externa.

O que está destoando nesse cenário é a taxa de juros, muito acima do que seria razoável, no atual contexto da economia brasileira. Se os fundamentos da economia são consistentes, por que nos impressionarmos tanto com as turbulências (inevitáveis) do cenário internacional?

O Federal Reserve, Banco Central norte-americano, tem razões

O que destoa no cenário é a taxa de juros, acima do que seria razoável, no atual contexto da economia brasileira

concretas para elevar a taxa de juros, pois sua economia está muito aquecida e a inflação ameaça subir. Depois de quase nove anos de expansão acelerada, o Fed busca reduzir o ritmo de crescimento da economia dos Estados Unidos, para prevenir pressões inflacionárias. Está fazendo o que lhe cabe, para o melhor desempenho da economia americana.

A realidade brasileira é inteiramente diferente.

Ao contrário dos Estados Unidos precisamos, neste momento, criar condições para um crescimento mais acelerado e sustentado, o que somente será possível com juros razoáveis e o avanço da reformas estruturais.

É fato que a produção industrial em setores ligados à exportação e à substituição de importações se encontra em expansão, mas é fato, também, que a capacidade de consumo interno ainda se encontra bastante deprimida pelas elevadas taxas de desemprego.

Nos próximos meses, mesmo que a produção industrial se mantenha em expansão, a taxa de crescimento, em relação a igual período do ano passado, tenderá a cair, podendo ficar abaixo de 5% para o ano como um todo.

Estamos assistindo, portanto, a uma frágil recuperação da atividade econômica este ano, impulsionada pela nova política cam-

bial. Uma recuperação mais ampla e vigorosa somente será possível com uma queda substancial na taxa de juros.

Com uma inflação na faixa de 5 a 6% a.a., com tendência de queda, podemos perfeitamente trabalhar com uma taxa básica de juros nominais na faixa de 10 a 12% a.a., que ainda seria o dobro da praticada nas economias do primeiro mundo e igual ou maior que a praticada em outras economias emergentes.

Somente assim será possível atingir nossos múltiplos objetivos:

- Crescimento sustentado (5% a.a. ou mais);
- Contas públicas em equilíbrio (pela redução das despesas com juros e aumento da receita derivada do crescimento da produção);
- Recuperação definitiva da credibilidade interna e externa e consequente redução do "risco Brasil".
- Redução das taxas de desemprego (hoje muito elevadas).

A melhor forma de equacionarmos, de maneira duradoura, nossos problemas econômicos e sociais é pelo crescimento da produção e do emprego. Na realidade, é o único caminho de que dispomos, pois sem crescimento ficaremos no "círculo vicioso" dos "juros altos, contas públicas em desequilíbrio, crescimento mediocre, alto desemprego, risco de volta da inflação, etc.".

A reforma tributária, fundamental para permitir melhores condições competitivas das empresas brasileiras, será facilitada em ambiente de crescimento econômico, já que a eliminação dos tributos em cascata deverá ser um dos objetivos da reforma. O aprofundamento da reforma previdenciária, que depende da geração de maior taxa de poupança interna, também será facilitado pelo crescimento da produção e do emprego.

O crescimento a curto e médio prazos ajuda, portanto, a viabilizar a continuidade do crescimento acelerado a longo prazo, como uma única forma de reduzirmos nosso atraso em relação ao primeiro mundo.